

MEMÓRIA, MONUMENTOS E EDUCAÇÃO: A DISTRIBUIÇÃO NO ESPAÇO E NO TEMPO DOS COLÉGIOS CATÓLICOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO¹

*Paula Leonardi*²

Resumo:

As cidades são espaços de disputas nos quais a memória coletiva se constrói, permitindo certa coesão e identificação de um grupo. Marcos simbólicos promovem o reforço da individualização e distinção de uma dada comunidade. Este artigo apresenta a distribuição de escolas e colégios católicos na cidade do Rio de Janeiro entre 1858 e 1930, observando-os como monumentos, marcas na paisagem, parte de um projeto político da Igreja para a socialização/educação dos sujeitos que habitam a cidade. A análise dos dados mostra que a escolha do local de fundação e de construção de colégios monumentais acompanha a mobilidade das elites cariocas e também as mudanças no traçado urbano empreendidas por reformadores.

Palavras-chave: Colégios católicos. Memória. Cidade. Rio de Janeiro.

1 Versão preliminar deste artigo foi apresentada no XIII Congresso Iberoamericano de História da Educação, em Montevideu, em 2018. Esta pesquisa conta com financiamento Faperj Jovem Cientista de Nosso Estado, processo E-26/203.018/2018. Colaborou com a coleta de dados Nathália Mesquita Neumann, bolsista de Iniciação Científica Faperj, a quem agradeço.

2 Professora adjunta da Faculdade de Educação e do Proped (Programa de Pós-Graduação em Educação) da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

E-mail: leonardi.paula@gmail.com

MEMORY, MONUMENTS AND EDUCATION: THE DISTRIBUTION IN SPACE AND TIME OF CATHOLIC COLLEGES IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

Paula Leonardi

Abstract:

Cities are spaces of contention in which the collective memory is built, which allows for some cohesion and identification of a group. Symbolic marks promote the reinforcement of the individuation and distinction of a given community. This paper presents the distribution of Catholic schools and colleges in the city of Rio de Janeiro between 1858 and 1930 observing them as monuments, landmarks in the landscape, part of a political project of the Church for the socialization / education of the city's population. Analysis of the data shows that the choice of location for the founding and construction of monumental colleges accompanies the mobility of the Rio elites, as well as the changes in the urban layout made by reformers.

Keywords: Catholic schools. Memory. City. Rio de Janeiro.

Introdução

Este artigo apresenta a distribuição de escolas e colégios católicos na cidade do Rio de Janeiro entre 1858 e 1930, observando-os como monumentos, marcas na paisagem, parte de um projeto político da Igreja para a socialização/educação dos sujeitos que habitam a cidade. Mesmo após a separação formal entre Igreja Católica e Estado no Brasil com a proclamação da República (1889), a presença da Igreja no País expandiu-se para diversas áreas. Estudos recentes³ sobre a imigração de congregações estrangeiras para o País e seus diversos empreendimentos demonstram que ela não intencionava afastar-se do seu “divino magistério” (ACTAS, 1906). Ao contrário, o catolicismo deveria espalhar-se pela cultura local em editoras, jornais, escolas, associações, monumentos e marcas na paisagem das cidades como espaços de culto/templos e em seus rituais que, muitas vezes, não se limitavam ao edifício, mas percorriam as ruas da cidade. A intenção da hierarquia católica normatizada no I Concílio Plenário para a América Latina⁴ era construir, não apenas no Brasil, mas em todo o continente latino-americano, verdadeiras “repúblicas católicas” (LEONARDI; BITTENCOURT, 2016; ROUX, 2008). Nesse sentido, houve um estímulo da Santa Sé para que congregações europeias se instalassem na região.

Durante o Império, as antigas ordens – jesuítas, carmelitas e beneditinos –, ricas, associadas ao mundo escravagista, com padres pouco afeitos à doutrina e ocupando cargos políticos, eram herdeiras de um tipo de catolicismo tradicional, quer em sua vertente popular, quer erudita (WERNET, 1997)⁵. O Império tratou de impedir sua reprodução no País por meio de três medidas: o Ato Adicional de 1834, que autorizava as províncias a legislarem sobre conventos e outras associações; o artigo 79 do código criminal (1830), que proibia aos superiores dos conventos brasileiros “reconhecer [...] Superior fora do Império, prestando-lhe efetiva obediência, havendo penas de prisão por quatro a dezesseis meses”; e o Aviso Circular do Ministro da Justiça de 1855, que proibia a admissão de noviços nos conventos (WERNET, 1997, p. 122). Para Wernet, em uma leitura weberiana, tratou-se de um processo de separação das esferas religiosas e político-civis.

Dom Pedro II intentava a extinção gradativa dos conventos, com o fechamento de noviciados, e apoiava a regeneração do clero, sustentando a nomeação de bispos vinculados à reforma empreendida pela Santa Sé. Tal reforma objetivava centralizar e

3 Ver dossiê publicado em número especial da Revista *Pro-Posições*, v. 28, n. 3 (84), set./dez. 2017.

4 O Concílio foi realizado em Roma, entre 28 de maio e 9 de julho de 1899, tendo como objetivo normalizar as ações de religiosos e religiosas na América Latina.

5 No primeiro caso, há pouca ênfase doutrinária e o foco das práticas está nas confrarias, nas irmandades e nas ordens terceiras, dispensando os párocos na organização da vida religiosa. No segundo caso, trata-se do clero formado na Universidade de Coimbra após a reforma empreendida por Pombal em 1772, que alterou as Faculdades de Teologia e de Direito Canônico. Herança desse período, o catolicismo tradicional erudito rompeu com o Vaticano e subordinou a Igreja ao Estado (regalismo), a autoridade civil controlava a Igreja (padroado) e o governante podia censurar as decisões de papas e bispos (*placet*).

unificar institucionalmente a Igreja, difundindo um catolicismo aparentemente alheio ao mundo temporal e à política, centralizado na figura do papa, com ênfase na doutrina, nos sacramentos e na hierarquia, que se opusesse ao tradicional. Daí a permissão de entrada, em meados do século XIX, de novas congregações, especialmente femininas, consideradas mais modernas, que se dedicariam às áreas do ensino e da saúde.

Com a proclamação da República e o fim do regime do padroado⁶, a hierarquia da Igreja no Brasil teve por estratégia a instalação de dioceses em quase todos os estados da nação, seguindo a organização federativa implantada com o novo regime (MICELI, 1988; ROUX, 2008). O fluxo migratório aumentou consideravelmente ao longo do século XX e estendeu-se até a década de 1980. A descentralização administrativa do Estado favoreceu as alianças regionais para a instalação e a manutenção das congregações imigradas, que, atuando nas mais diversas áreas, conseguiam, em poucos anos, iniciar o recrutamento local (LEONARDI, 2010; MOTIN; ORLANDO, 2015).

Religiosos e religiosas estrangeiros tinham como destino as cidades mais urbanizadas, em vias de modernização, dos estados mais ricos e populosos: em primeiro lugar, São Paulo e Rio de Janeiro, seguidos por Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul (BITTENCOURT, 2017). Se, por um lado, a Igreja investia na América Latina, no Brasil havia uma demanda para a vinda dos religiosos, especialmente para a educação escolar. Mesmo com um projeto de “recatolicização” bastante flexível, as escolas seguiam sendo o investimento privilegiado das congregações que aqui chegavam (BITTENCOURT; LEONARDI, 2011).

A cidade do Rio de Janeiro foi, durante longo período, espaço central da economia nacional, centro das decisões políticas e modelo cultural para o País. *Cidade-capital*, cabeça do Império, foi “matriz geradora de valores capazes de delinear o perfil da jovem nação” (MOTTA, 2009, p.21). Unidade nacional e missão civilizadora caminhavam juntas, com edifícios símbolos como a Imperial Biblioteca Pública, a Academia Imperial de Belas Artes, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Arquivo Público do Império e o Imperial Colégio Pedro II. Como capital da República e em função da acomodação de poderes realizada pela “política dos governadores”, a cidade revalidou sua antiga função de espaço de socialização das elites políticas estaduais. Pelo Colégio Pedro II passaram estudantes que assumiriam cargos políticos. A cidade efervescente também abrigava os clubes, ponto de encontros de políticos e intelectuais, e presenciava, em determinados momentos, a massa popular que provocava distúrbios na ordem. Durante a República, diversos investimentos e reformas foram feitos na cidade, marcando o “esforço civilizatório” dos governantes.

As marcas e as mudanças na paisagem, a destruição de prédios e ruas, as novas

6 Acordo firmado entre a Santa Sé e os reinos de Portugal e Espanha, concedia um conjunto de privilégios a esses países. O rei poderia, na condição de patrono e protetor da Igreja, nomear bispos, enviar missionários, arrecadar dízimos e devia manter financeiramente a Igreja nos domínios portugueses. Em vigor desde o Brasil colônia, o padroado foi estendido para o Império.

avenidas, o embelezamento, a construção de novos edifícios públicos e privados têm um papel na construção da memória social. Nesse jogo entraram os religiosos e as religiosas que chegaram ao Rio de Janeiro e empreenderam a construção de seus edifícios escolares. Esta pesquisa identifica a distribuição, no espaço e no tempo, das escolas e dos colégios católicos no Rio de Janeiro, procurando compreender de que maneira uma instituição e seus agentes ocuparam os espaços da urbe, marcaram a paisagem da cidade. Os colégios serão tomados nesta análise como locais de memória (NORA, 1993), monumentos (LE GOFF, 2003) que participam dos embates e das alianças pela constituição de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1965).

Cidades são espaços de disputas nos quais a memória coletiva se constrói, permitindo certa coesão e identificação de um grupo (HALBWACHS, 1965), onde marcos simbólicos contribuem para pontuar o imaginário de uma comunidade, promovendo o reforço de sua individuação e distinguindo-a do externo (MARINS, 2003). Algumas das marcas nas paisagens das cidades, certos edifícios – como os colégios católicos – são lugares de memória, recortes materiais de uma temporalidade e “chamada concentrada de lembrança” (NORA, 1993, p. 22) das festas e das sociabilidades que propiciam, dos ritos, da celebração da memória do acontecimento fundamental do catolicismo (a vinda de Cristo) etc. Garantem a cristalização da lembrança e sua transmissão. São espaços materiais, simbólicos e funcionais (NORA, 1993). Vistos assim, contribuem para a construção constante da memória, se seguirmos Halbwachs (1965) em sua afirmação de que esta depende do entorno social, dos grupos dos quais fazemos parte e que nos oferecem, constantemente, os meios de reconstruir a memória do próprio grupo, uma memória coletiva e cultural.

Se o modelo cívico se inscreve sobre a cultura e o território (SANTOS, 2007), a organização e a gestão do espaço podem ou não favorecer a criação e a ampliação do grau de consciência dos indivíduos. O sujeito nasce em um espaço – que é também simbólico – que ele não ajudou a criar e cuja história não conhece. Portanto, a memória social ou coletiva contribui para a formação/educação do cidadão. Não só a partir de seus currículos os colégios educam, socializam, formam. Como monumentos⁷, eles também instruem, estimulam a visão, a emoção e a memória.

A intenção, nesta etapa da pesquisa, é observar onde se instalavam esses colégios. Se os colégios são tomados como monumentos, importa relacionar os dados de sua instalação com o desenvolvimento da cidade e com seu entorno. O trabalho de cartografia dos colégios utilizou como fontes o Anuário da Arquidiocese do Rio de Janeiro (1917), dados do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (Ceris) e da Associação Nacional de Escolas Católicas (Anamec), em diálogo com estudos sobre o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Diversas investigações

7 *Monumentum*: em sua raiz indo-europeia, *men* exprime uma função do espírito (*mens*), memória. O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir” (LE GOFF, 2003). “Monumentalização significa a densificação e intensificação estética de acontecimentos em figuras eficazes para a recordação” (ASSMANN, 2011, p. 88).

dedicaram-se a estudar as relações entre escolas e cidades⁸. Contudo, muitas delas observam o cenário das escolas públicas no espaço urbano. Resta-nos ainda, empreender esforços para colocar em relação os estudos sobre a iniciativa estatal e a iniciativa de indivíduos e de diferentes confissões religiosas. Este trabalho pretende contribuir para uma visão de conjunto da atuação de ordens e congregações na cidade – lacuna na área, apontada por Mendonça e Xavier (2009), a despeito das pesquisas de caráter monográfico que se desenvolvem⁹.

Os colégios católicos no espaço e no tempo da cidade do Rio

Os dados sobre a instalação das escolas e dos colégios na cidade do Rio de Janeiro advêm de duas fontes, ambas produzidas por representantes da Igreja, com a finalidade de reorientar suas ações. A primeira delas, o Anuário da Arquidiocese do Rio de Janeiro para o ano de 1917, o primeiro preservado no Arquivo da Arquidiocese da cidade. O Anuário faz uma espécie de balanço da diocese: apresenta dados sobre número de casas, de batismos, de religiosos e de religiosas, assim como de colégios, em sessão intitulada “Mapa”. Ali encontramos o nome da escola, a data de fundação e o endereço. Também nos valem os dados da Associação Nacional de Escolas Católicas (Anamec) e do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (Ceris), apresentados como anexos ao livro do padre Laércio Moura *A educação católica no Brasil* (2000). Moura apresenta 48 páginas com quadros indicando o nome da escola, município, unidade federativa, ano de fundação e mantenedora. Coletamos desses quadros apenas os dados daquelas instituições situadas na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de fonte preciosa, já que os arquivos do CERIS foram transferidos para Brasília, e seu acesso depende de autorização da hierarquia da instituição, composta por padres e freiras. Também os arquivos da antiga Anamec, atual Associação Nacional de Educação Católica (Anec), estão sujeitos a autorização de acesso. Foram confrontados os dados das duas fontes. Por certo, a ampliação dessas fontes poderá agregar novos dados a esta pesquisa¹⁰.

Dispomos de dados de 77 colégios fundados entre 1858 e 1951¹¹. A discussão, entretanto, será limitada até a década de 1930, período de embates importantes pela educação nacional. Esse período corresponde à imigração de congregações religiosas

8 Conferir os trabalhos de GONÇALVES; CHALOPA, 2017; GONDRA, 2004; GOUVEA; NICÁCIO, 2017; MONARCHA, 1989; NUNES, 1993, 1996; MIGNOT; SILVA, 2014; PASCHE, 2014; PAULILO; SILVA, 2012; SCHUELER; MAGALDI, 2009; SILVA, 2009; SOUZA, 1998; VEIGA; FARIA FILHO, 1997, dentre outros.

9 Gonçalves e Chaloba (2017) empreenderam esforços no sentido de apresentar um mapeamento dos colégios católicos em Goiás.

10 Os dois censos da Educação Católica produzidos pela Associação Nacional de Escolas Católicas (Anec) não trazem dados sobre nomes e localização das escolas. Restringem-se a níveis, quantitativos de matrículas, aproveitamento escolar, bolsas de estudo etc. (ANAMEC/CERIS, 2006; GARCIA; CAPDEVILLE, 2001). No momento, trabalhamos com os dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para ampliar esse quadro futuramente.

11 Dentre eles, oito não tiveram seus bairros identificados. Devido à limitação de espaço, selecionamos para prosseguir a análise apenas 11 colégios que se destacam como marcas na paisagem, por sua monumentalidade.

para o Brasil, assim como o ápice de fundação de colégios, que se dá na década de 1950 (BITTENCOURT; LEONARDI, 2011). As fontes, contudo, podem nos informar apenas de colégios que sobreviveram ao tempo. Outros podem ter contribuído, em outros tempos, para a construção da memória coletiva/social. Hoje, talvez servindo a outros usos, abandonados ou destruídos (como é o caso do Colégio Nossa Senhora da Piedade, zona norte do Rio), podem manter ou não vínculos com a memória católica. A perenidade desses edifícios na cidade está vinculada a lutas pelo espaço, nas quais entram em embate diferentes forças e sujeitos: instituições, interesses capitalistas, elites, povo, saberes populares e seus direitos. Investigações de caráter monográfico podem trazer novas luzes sobre as tensões e as alianças que permitiram seu prolongamento no tempo e sobre os sentidos e significados desses edifícios para os habitantes da cidade.

Tabela – Distribuição dos colégios católicos no espaço e no tempo¹²

ZONA	BAIRRO	1843 -1897	1900	1910	1920	1930	1940	1950	S/D	TOTAL POR BAIRRO
CENTRAL	Centro	1	1							2
	Rio Comprido	2					1			3
	S. Christovão	1	1		1					3
	Catumbi			1						1
	Santa Thereza			1						1
SUL	Glória	1	2			1				4
	Cosme Velho		1					1		2
	Botafogo	1	2		1	1				5
	Gávea			1				1		2
	Leblon					1	1			2
	Jardim Botânico				1					1
NORTE	Alto da Boa Vista	1					1			2
	Tijuca	1		2		2				5
	Meier	1			1					2
	Grajaú	1				1				2
	Madureira		1							1
	Piedade		1						1	2
	Vila Isabel			1				1		2
	Encantado			1						1
	Campinho							1		1
	Anchieta							2		2
	Todos os Santos							1		1

12 A divisão da cidade por freguesias, paróquias e bairros modifica-se ao longo do tempo. Utilizamos aqui o agrupamento por zonas somente para fins de análise.

Memória, monumentos e educação: A distribuição no espaço e no tempo dos colégios católicos na cidade do Rio de Janeiro

	Brás de Pina						1		1	
	Guadalupe						2		2	
OESTE	Pechincha			2					2	
	Realengo				1				1	
	Campo Grande					1			1	
	Freguesia						1		1	
	Santo Christó			1					1	
	Salette		1						1	
	Sem bairro identificado	1	3	2			1	1	8	
	TOTAL POR DÉCADA	11	13	10	6	7	5	24	1	77

Fontes: Anuario (1918); Moura (2000).

Foram 11 escolas fundadas na segunda metade do século XIX. No século seguinte, as concentrações em número de fundações se deram nas primeiras décadas (13), também em 1920 (10), seguida de outra concentração somente em 1950 (24). O número de fundações na cidade do Rio acompanha o movimento geral em outras regiões do Brasil com picos de fundações nos mesmos períodos, como já observaram Bittencourt e Leonardi (2011). O aumento ou a diminuição no número de colégios fundados relaciona-se aos movimentos políticos e econômicos brasileiros e mundiais, assim como às mudanças na cidade do Rio de Janeiro.

Quanto à sua localização geográfica na cidade do Rio de Janeiro, os dados disponíveis até o momento indicam que até os anos 1950 a escolha do local de fundação e de construção acompanhava a mobilidade das elites cariocas, assim como as mudanças no traçado urbano empreendidas por reformadores, nos meios de transporte e na economia. Há um movimento geral que pode ser assim descrito: entre 1843 e 1897 a fundação de colégios concentrou-se na região central, em alguns bairros da zona sul (Glória e Botafogo) e em quatro bairros da zona norte. À medida que avançamos para as primeiras décadas do século XX, as fundações tendiam a se concentrar na zona sul e zona norte, sendo essa última a que mais recebeu colégios católicos na década de 1950, momento em que a região se tornou mais populosa (Abreu, 2013) e em que os religiosos se voltavam para a atuação com a população mais pobre¹³. Importa analisar esses períodos um pouco mais de perto e destacar alguns colégios que ainda marcam a paisagem.

No Império, o ápice se deu na década de 1870, momento de mobilização de positivistas e liberais preocupados com a expansão da escola elementar por meio da livre iniciativa de particulares. Na França aconteciam as disputas em torno do projeto de reforma de Jules Ferry (1880-4), da escola universal e laica, que contribuiu para

13 Esse movimento no interior da Igreja tem como marca o Concílio Vaticano II (1962-1965).

a saída de muitas congregações do país, boa parte delas com destino ao Brasil¹⁴. Em comum, os movimentos nos dois países partilhavam a recusa à escola monárquica. Contudo, se a Reforma empreendida na França impôs uma série de sanções às escolas católicas, no Brasil, segmentos da elite apoiavam a imigração de religiosas e religiosos com doações de terrenos, aluguel de prédios, pagamento de passagens. Havia aqui, portanto, uma demanda (LEONARDI, 2010) relacionada ao modelo de civilidade dominante que tinha na Europa, sobretudo na França, seu modelo (VEIGA; FARIA FILHO, 1997). As Escolas do Imperador, edifícios monumentais hoje com cerca de 44 prédios tombados pelo Patrimônio Cultural, e os prédios escolares, de uma maneira geral, passaram a ser compreendidos como expressão de uma nova sensibilidade em relação à infância (MIGNOT; SILVA, 2014). Diversos estudos sobre as escolas públicas demonstram que também se constituíam como um instrumento de intervenção na cidade, meio para reeducar seus habitantes (NUNES, 1996; SILVA, 2006; SOUZA, 1998). O ensino secundário, contudo, local de formação das elites brancas condutoras, durante longo período da República, foi entregue para a Igreja Católica (BITTENCOURT; LEONARDI, 2019).

Em meados do século XIX o Rio de Janeiro conheceu um início de processo de modernização em razão da abolição do tráfico de escravos em 1850, da ampliação demográfica e da urbanização movida por novas técnicas e novos transportes e das mudanças decorrentes das transformações na economia mundial com o avanço da grande indústria e do capital financeiro estendendo-se para várias partes do globo (ABREU, 2013; BENCHIMOL, 1992). Formaram-se, naquele período, as primeiras companhias de carris urbanos que atendiam a região central, Glória e Botafogo e estendiam-se em direção a Vila Isabel, Tijuca, Alto da Boa Vista. Modernizaram-se os transportes marítimos a vapor, o porto; e os primeiros segmentos da rede domiciliar de água e esgoto se ampliaram, em 1864, para Tijuca, Alto da Boa Vista e outros bairros da região. Nos anos 1870 e 1880 os palácios do Catete e da Guanabara intensificaram o prestígio da região, em detrimento de São Cristóvão e Engenho de Dentro, antigos redutos da família real (BENCHIMOL, 1992). Era, contudo, ainda uma cidade com as marcas da colônia, plena de contradições e que sofria com as muitas epidemias que a assolavam¹⁵.

Nesse período, no Centro da cidade fundou-se o Colégio São Bento (1858), pertencente a uma antiga ordem, os beneditinos, já há muito tempo instalada no País. Em São Cristóvão estava o Colégio São Vicente de Paulo (1863). No Rio Comprido, o

14 Em 1880, a lei sobre a obrigatoriedade e a laicidade da educação entrou em vigor e, no ano seguinte, o *brevet de capacité* tornou-se obrigatório para todos os professores, o que implicava que os religiosos e as religiosas deveriam submeter-se aos exames para conseguir seus diplomas. Para alguns autores, os estudos a que eram obrigados a empreender a fim de realizar os exames, já os encaminhavam para a secularização, na medida em que, de posse de seus diplomas, não dependiam mais de seus superiores (DANSETTE, 1965).

15 A primeira grande epidemia de febre amarela aconteceu em 1850 (BENCHIMOL, 1993), e outras se seguiram: de peste, cólera e varíola (ABREU, 2003).

Arquidiocesano São José (1873), local de moradia preferido dos ingleses e de grandes chácaras de membros da corte. O São José foi instalado na famosa chácara do bispo frei Antônio do Desterro. Próximo dali estava a casa do marechal Floriano, vice-presidente de marechal Deodoro quando da proclamação da República (GERSON, 2013). Esses colégios estavam nas freguesias então mais populosas. Na Glória, para onde se iniciava o deslocamento de parte da elite nas décadas finais do século, com a introdução do bonde de burro e do trem a vapor (ABREU, 2003), estava o Collegio do Sagrado Coração de Maria (1881)¹⁶. As novas congregações tiveram participação pequena na fundação de colégios nesse momento.

O Colégio São Bento (1858) está situado, desde sua fundação, em um dos morros (São Bento) a partir dos quais se expandiu a cidade, instalado no então coração do centro urbano do Rio de Janeiro. O Mosteiro de São Bento, um dos pontos turísticos mais visitados da cidade, data de 1590, período em que as ordens religiosas tinham um papel importante na modelação do espaço urbano: abriam ruas em troca de terras; forneciam água para a população, em tempos de invasões, e bois ao governador; hospedavam romeiros; cuidavam da saúde da população; e exerciam papel fundamental na socialização dos sujeitos em festas, procissões e rituais diversos. Na figura 1 é possível observar a sua localização acima das demais construções.

Figura 1 – Vista Lateral do Mosteiro e Colégio São Bento, s.d.



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. As duas torres do Mosteiro, ao fundo, elevam-se em relação às demais construções.

¹⁶ Não foi possível confirmar se este último colégio é o que atualmente se situa em Copacabana e pertence a uma congregação fundada em 1849 na França.

O prédio atual do Colégio (figura 2) foi inaugurado em 1971, e o antigo prédio serve agora para a administração do Mosteiro. De inspiração modernista, foi projetado por Mauro Guarany, arquiteto e ex-aluno. O projeto “envolveu nomes como o de Lúcio Costa¹⁷ e rendeu discussões com órgãos públicos como o Iphan” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)¹⁸, já que se tratava da modernização e da modificação de um espaço que abrigava prédios históricos.

Figura 2 – Vista aérea do Colégio São Bento, s.d.



Fonte: <http://www.csbrj.org.br/> . Acesso em: 31 maio 2017.

A despeito da separação Igreja-Estado no Brasil, com a proclamação da República e com a liberdade de culto instaurada¹⁹, foi nas primeiras décadas do século XX que o movimento migratório de congregações aumentou consideravelmente, resultado da conjunção de vários movimentos: os processos de secularização e de laicização em vários países da Europa, o estímulo da Santa Sé à imigração para a América Latina, o crescimento e a internacionalização de algumas congregações e a demanda de parte da elite brasileira (como mencionado anteriormente).

Já durante a República e nas primeiras décadas do século seguinte observaram-se, ainda, fundações no Centro da cidade (Colégio Regina Coeli, 1908), em São Cristóvão (Colégio Sacré-Coeur, 1905) e em Rio Comprido (Colégio Santa Dorotéia, 1897), regiões que perderiam prestígio ao longo do século. Pode-se observar o aumento do número de fundações na Glória (colégios Santo Antônio Maria Zaccaria, 1909 e Asylo de S. Cornelio, 1900) e em Botafogo (Externato Santo Inácio, 1903 e Escola

17 Um dos nomes da arquitetura modernista no Brasil, conhecido pelo projeto do Plano Piloto de Brasília e pela implementação do curso de arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes.

18 Disponível em: <http://www.csbrj.org.br/novo/institucional/historia/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

19 A separação entre Igreja e Estado, com a declaração do estado laico, foi firmada pelo Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890. O Código Criminal do Império proibia pregação pública de outras religiões que não a religião oficial do Império, a Católica, e previa penas para a difusão oral ou escrita de doutrinas a essa confissão.

São Alberto, 1908), para onde a elite se deslocava.

Este foi o momento em que a cidade sofreu a primeira intervenção de monta por parte do governo municipal, com o apoio do governo federal, marcando o início do controle e das intervenções dos governos na cidade carioca, não apenas em seus aspectos materiais como também no campo dos costumes (BENCHIMOL, 1992). A Reforma Pereira Passos²⁰ tratou de expulsar contingentes populacionais do centro, combatendo a construção de cortiços, vistos como foco de epidemias e agitações populares. Tratou, também, de substituir as “velhas usanças”, na tentativa de construir a cidade moderna e bela, nos moldes da reforma parisiense de Haussmann²¹, por oposição à cidade escravista e colonial (BENCHIMOL, 1992, p. 277).

As elites, contudo, já não habitavam a região, deslocavam-se para a Glória, o Cosme Velho e Botafogo. Neste último bairro foi fundado o Colégio Santo Inácio em 1903, também pertencente à antiga ordem dos jesuítas. À época, Botafogo já perdera suas características de casa de campo da corte e estava mais populoso, graças aos loteamentos das décadas de 1870-1880 e aos bondes que chegavam até lá. Era local de moradia de nobres e de políticos da República, como o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) (BENCHIMOL, 1992; GERSON, 2013). Apesar de o número de congregações que fundaram colégios nessas primeiras décadas suplantar aquele das antigas ordens, o prédio que permaneceu como marca na paisagem é o Colégio Santo Inácio, dos jesuítas.

Figura 3 – Fachada do Colégio Santo Inácio, s.d.



Fonte: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/localizacao/colégio-santo-inacio;>
http://www.fotolog.com/luiz_o/77627695/#profile_start. Acesso em: 30 dez. 2017.

20 Prefeito da cidade entre 1902 e 1906.

21 A reforma de Haussmann inspirou reformadores de diferentes cidades ao redor do mundo, como São Petersburgo e Nova Iorque e, no Brasil, Santos (1896-1910), Vitória (1896), Recife (1910-1914), Porto Alegre (1913), Parayba do Norte, atual João Pessoa (1913) (GOUVEA; NICÁCIO, 2017). Para as autoras, concepção mais radical de intervenção na cidade configurou-se na criação de cidades planejadas, como nos casos de La Plata, na Argentina; Washington, nos EUA; e Belo Horizonte, no Brasil.

O primeiro prédio em que funcionou o Colégio Santo Inácio foi um palacete alugado, mais tarde comprado pelos jesuítas. A figura 4 mostra a amplitude do novo edifício. O patrimônio foi tombado em 1990²². Na figura 5, o pátio interno destaca o modelo arquitetônico aristotélico-tomista dos jesuítas, de busca do equilíbrio e de resguardo em relação ao mundo exterior (NUNES, 1993). Ao lado deste edifício principiaram as atividades da Pontifícia Universidade Católica em 1941, primeira universidade católica do País, mais tarde transferida para a Gávea.

Figura 4 – Vista de Botafogo com destaque para o Colégio, 1927



Fonte: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/localizacao/colégio-santo-inacio;>
[http://www.fotolog.com/luiz_o/77627695/#profile_start.](http://www.fotolog.com/luiz_o/77627695/#profile_start) Acesso em: 30 dez. 2017.

Figura 5 – Pátio interno Colégio Santo Inácio



Fonte: [http://biografia.ahistoria.com.br/paulo-coelho/.](http://biografia.ahistoria.com.br/paulo-coelho/) Acesso em: 31 maio 2017.

²² Disponível em: [http://www.santoinacio-rio.com.br/s/index.php/0-colegio/2014-05-15-20-38-30.](http://www.santoinacio-rio.com.br/s/index.php/0-colegio/2014-05-15-20-38-30) Acesso em: 12 abr. 2017, 14h40.

Os colégios católicos de Botafogo instalavam-se ao lado dos grandes palacetes e das luxuosas casas ou próximos a eles. Há que se destacar, ainda, a fundação da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula em 1939, próxima ao Palácio da Guanabara²³, em um imponente edifício de um vasto terreno pertencente em parte à família real e em parte ao governo, comprado pela importância de um milhão de cruzeiros, e que contou com a intermediação do intelectual católico Alceu Amoroso Lima nas negociações (GERSON, 2013).

Figura 6 – Faculdade Santa Úrsula, s.d.



Fonte: <http://www.usu.br/nossa-historia>. Acesso em: 31 maio 2017.

Os três edifícios acima pertencem às antigas ordens. À medida que o século avançava, mais congregações fundavam colégios monumentais, como o caso do Nossa Senhora de Lourdes em Vila Isabel (1913), o Nossa Senhora da Piedade (1914), o Nossa Senhora de Nazaré (1916), dentre outros²⁴. O caso do São José demonstra como algumas das antigas ordens foram substituídas pelas novas congregações, ao mesmo tempo em que o abandono e a transferência para determinadas regiões da cidade aconteciam. O Seminário Diocesano São José, instalado em 1739 inicialmente na rampa que dava acesso ao morro do Castelo, foi posteriormente transferido para o Rio Comprido e passou a ser administrado pelos Maristas em 1902. As construções do atual edifício na Tijuca foram concluídas em 1932. Essa região, no século XIX, era cortada por grandes chácaras, plantações de cana e cafezais, onde os jesuítas tinham vastas extensões de terra, e ganhou novas obras com a reforma de Pereira Passos. O Marista foi instalado em um dos solares pertencentes à família Militão e teve o prédio tombado em 1999.

23 O Palácio foi residência da princesa Isabel e do Conde d'Eu. Após a proclamação da República passou ao poder público, mantendo sua função de prédio vinculado ao poder político. Atualmente é sede do governo do estado do Rio de Janeiro.

24 Dentre os 29 colégios fundados entre 1900 e 1929, apenas 3 são de ordens religiosas.

Figura 7 – Fachada Colégio Marista São José, s.d.



Fonte: http://marista.edu.br/saojosetijuca/?page_id=2841. Acesso em: 09 jan. 2018.

As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pelas disputas em torno da educação nacional, com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, do qual Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho foram alguns dos signatários e principais reformadores do período. Nas disputas, em um dos lados estavam os “pioneiros”, defendendo a responsabilidade do Estado em todos os níveis e modalidades de educação; e, do outro, a Igreja Católica e seus representantes leigos e religiosos. A reforma empreendida por Fernando de Azevedo como Diretor Geral da Instrução Pública no Distrito Federal, constou, dentre outros aspectos, de 16 contratos para a construção de prédios escolares com a finalidade de substituir as escolas em prédios adaptados. Com Anísio Teixeira na pasta da educação foram 25 prédios construídos entre 1934 e 1935. Eram grandes concentrações escolares em áreas escolhidas segundo demanda e facilidade de transporte. Anísio sofreu forte oposição de intelectuais católicos, que culminou em sua retirada do cargo em 1935, justamente quando se estruturava a Universidade do Distrito Federal (UDF). O Centro Dom Vital, reduto da intelectualidade católica, indicou a nova direção da UDF. Para Nunes (1993), o uso da pedagogia dos modernos tinha uma tríplice dimensão: construção de uma ordem espacial, de uma ordem produtiva e de uma ordem política que implicava deslocar a Igreja do espaço da educação escolar.

Na década de 50 novas experiências educativas e os movimentos sociais eram ventos que atingiam determinados setores da Igreja e endereçavam-se para a fundação de colégios em regiões menos abastadas da cidade. Mas isso deve ser objeto de outro texto.

Considerações finais

Os dados apontam que a instalação dos colégios católicos na cidade do Rio de Janeiro até 1950 acompanhou o movimento das elites político-econômicas, concentrando-se em áreas que propiciavam mobilidade, onde havia demanda. As escolas metodistas também seguiam uma distribuição espacial semelhante, instalando-se próximas “aos prédios onde o futuro político, econômico e cultural da cidade, da região e/ou do país era discutido e decidido – os prédios que sediavam os poderes executivo, legislativo e judiciário” (MESQUIDA, 1994, p. 132).

Conhecemos os estudos sobre a monumentalidade dos grupos escolares construídos para dar visibilidade à ação educativa do poder público (FARIA FILHO, 2000; SOUZA, 1998; VEIGA, 2002). Com suas fachadas imponentes, os “palácios” ou “templos de civilização” contrapunham-se aos pardieiros. No cenário de uma cidade transformada pelas reformas de Pereira Passos, as escolas foram tomadas pelo governo como instrumentos de intervenção na cidade e na reeducação de seus habitantes (NUNES, 1993; SILVA, 2009). A cultura urbana impregnou o espaço escolar, como observou Nunes (1993), mas também a cultura escolar espraiou-se pelo espaço urbano, como demonstrou Silva (2009). Os religiosos católicos, por sua vez, também eram agentes em disputa pelo e no espaço, com a “força vinculativa dos locais carregados de recordação” (ASSMANN, 2011, p. 321). O espaço da cidade deveria ser, assim, marcado pela monumentalidade dos colégios católicos, lembranças da presença da Igreja na formação dos cidadãos; pela ação do currículo em seu interior; pela memória que visavam construir; pela proximidade ao lado dos que governam.

A consciência do passado está ligada ao arraigamento local, à experiência de continuidade (NORA, 1993). Os edifícios católicos que abordamos neste estudo sobreviveram ao tempo. Além de sua localização, marcavam a paisagem e funcionavam (ainda funcionam) como lugares de memória. Os edifícios comunicavam, logo de saída, que não estavam abertos para qualquer pessoa. Neles se construía a memória de um grupo, daqueles ou daquelas que habitavam seu entorno. Uma memória com função identitária: que faz referência ao grupo, é seletiva, vincula-se a determinados valores e orienta-se ao futuro (NORA, 1993). As percepções, a partir do prédio, na rua e dentro dele poderiam se cristalizar como experiências, e as experiências, em recordações, servindo à legitimação, à deslegitimação e à distinção de classe (ASSMANN, 2011).

Esta pesquisa procurou abordar o movimento – no tempo e no espaço – da fundação de colégios católicos na cidade do Rio de Janeiro como parte da política de memória da Igreja Católica e seus agentes, construindo marcas na paisagem. Resta indagar em que medida essa política participa da construção de uma memória social/cultural, quais sentidos esses colégios têm para os habitantes da cidade e quais memórias mobilizam, assunto que demandará nova coleta de dados.

Referências

- ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- ACTAS Y DECRETOS DEL CONCÍLIO PLENARIO DE LA AMÉRICA LATINA. Roma: Tipografía Vaciara, 1906.
- ANAMEC/CERIS. *Censo das escolas católicas no Brasil*. Bauru: Educsc, 2006.
- ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. *Anuario Ecclesiastico da Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas d'a Paletas, 1918.
- ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BENCHIMOL, J. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. (col. Biblioteca Carioca, 2011).
- BITTENCOURT, A. A era das congregações: pensamento social, educação e catolicismo. *Pro-Posições*, v. 28, n. 3 (84), p. 29-59, set./dez. 2017.
- BITTENCOURT, A. B.; LEONARDI, P. Le catholicisme : la place des congrégations religieuses dans l'éducation brésilienne In: HEYMANN, C.; SUÁREZ, M. (ed.) *Pérégrinations d'un intellectuel latino-américain*. 1. ed. Toulouse: Méridiennes, 2011.
- _____. L'éducation nationale au Brésil et les immigrants religieux européens. *Psicologia Social*, n. 43, Iasi, 2019. No prelo.
- DANSETTE, A. *Histoire religieuse de la France contemporaine: l'Église catholique dans la mêlée politique et sociale*. Paris: Flammarion, 1965.
- FARIA FILHO, L. M. de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- GARCIA, Ir. J. T.; CAPDEVILLE, G. *Educação católica*. Bauru: Edusc; Brasília: Universa, 2001.
- GERSON, B. *Histórias das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2013.
- GONÇALVES, A. M. B.; CHALOPA, R. F. de S. Igreja católica e educação escolar: escolas católicas em Goiás (1890/1937). *Revista Eletrônica Documento/Monumento*,

v. 22, n. 1, p. 23-40, dez 2017. Trocar de lugar.

GONDRA, J. G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GOUVEA, M. C. S.; NICÁCIO, K. Escolarização e territorialidade na cidade republicana: Belo Horizonte (1897-1912). *História da Educação*, v. 21, n. 51, p. 377-396, 2017.

HALBWACHS, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Librairie Felix Alcan, 1965.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão *et al.*, 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEONARDI, P. *Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas*. São Paulo: Paulinas/Fapesp, 2010.

LEONARDI, P.; BITTENCOURT, A. Congregações e ordens no Brasil: princípio da construção de um mapa. *Congresso Internacional das ordens e congregações religiosas em Portugal*, Lisboa, v. 1. p. 122-122, 2010.

LEONARDI, P.; BITTENCOURT, A. De documento religioso a fonte histórica: as Atas do I Concílio Plenário da América Latina. *Revista Educação e Filosofia*, v. 30, n. 59, p. 135-158, jan./jun. 2016.

MARINS, P. C. G. O Parque Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 6/7. p. 9-36, 2003.

MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. Para o estudo das instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro. In: CHAVES, M. W.; LOPES, S. de C. *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro*. Um século de história (1850-1950). Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2009, p. 11-16.

MESQUIDA, P. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil* (um estudo de caso). São Bernardo do Campo, SP/Juiz de Fora, MG: Editeo/Eduffj, 1994.

MIGNOT, A. C.; SILVA, A. L. da (orgs.). *Outros tempos, outras escolas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2014.

MONARCHA, C. *A reinvenção da cidade: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

MOTIN, M. F.; ORLANDO, E. de A. Da origem na Itália à expansão para o Brasil: a

constituição da Congregação das Irmãs Passionistas, os personagens e suas trajetórias. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá (MT), v. 15, n. 1, p. 65-86, set. 2015.

MOTTA, M. Rio de Janeiro, a cidade-capital do Brasil. In: CHAVES, M. W.; LOPES, S. de C. *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro*. Um século de história (1850-1950). Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2009. p. 17-36.

MOURA, L. *A educação católica no Brasil: presente, passado e futuro*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História* – PUC, São Paulo, n. 10, 1993.

NUNES, C. *A escola redescobre a cidade: reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca/1910-1935*. Tese (Concurso de Professor Titular em História da Educação) – UFF, Niterói, 1993.

NUNES, C. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: HERSCHMANN, M.; KROPF, S.; NUNES, C. (org.). *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no RJ 1870-1937*. 10. ed. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

PASCHE, A. de M. L. *Entre o trono e o altar: sujeitos, instituições e saberes escolares na capital do império brasileiro (1860-1880)*. Rio de Janeiro: Centro de Educação e Humanidades Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

PAULILO, L.; SILVA, J. C. S. Urbanismo e educação na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1920: aproximações. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 127-143, jan./abr. 2012.

ROUX, R. De la nation catholique à la republique pluriculturelle en Amerique Latine. In: BERTRAND, M.; ROUX, R. (ed.). *De l'un au multiple. Dynamiques identitaires en Amerique Latine*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2008.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHUELER, A. F.; MAGALDI, A.M. B. de M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 35-55, 2009.

SILVA, J. C. S. *Teatros da Modernidade: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: EdUNESP, 1998.

VEIGA, C. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: USF, 2002.

VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. M. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 203-222, 1997.

WERNET, Augustin. Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 42, p. 115-131, 1997.

YATES, F. A. *A arte da memória*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

Recebido em: 10/03/2018

Aprovado em: 22/05/2019